

O Futuro Que Queremos

O título deste editorial é o mesmo que foi dado ao principal documento que será discutido daqui a dois meses na conferência das nações chamada de Rio+20, em alusão aos 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-UNCED, também conhecida como RIO-92.

A mega conferência de 1992, em seus 27 princípios, foi a que teve a influência mais duradoura, pois saiu do foco exclusivo do meio ambiente para questões envolvendo os seres humanos como o centro das preocupações para o desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, traz, para discussão, questões como fome, pobreza, doenças, desarmamento, discriminação racial e genocídio.

O documento mais importante da RIO-92 foi a Agenda 21, que, de uma forma geral, apontou, para as nações signatárias do documento, a proteção do meio ambiente e a promoção da eficiência econômica com justiça social, estabelecendo o direito a uma vida saudável, justa e produtiva, em harmonia com a natureza.

Muitos estudos foram realizados no intuito de acompanhar os resultados efetivos da RIO-92 no Brasil. Em 1997, Cordani e colaboradores recomendaram “Definição de uma política nacional de prospecção e biotecnologia, aliada à conservação e preservação da biodiversidade, como forma de agregar a biodiversidade nacional ao processo de desenvolvimento. Dois componentes fundamentais para o desenvolvimento sustentável são: educação básica de qualidade e sistema sólido de ciência e tecnologia. Além disso, é importante rever as atuais políticas florestais, que priorizam a importância da floresta como produtora de madeira, para um

novo patamar no qual os serviços ambientais da floresta sejam fundamentais, na implementação das Convenções do Clima e da Biodiversidade”.¹

Dez anos depois da RIO-92, ocorreu a Rio+10 em Johannesburgo (África do Sul) sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nessa Cúpula das Nações, foi reafirmada a necessidade da humanidade de diminuir sua ação sobre o meio ambiente, erradicar a pobreza, atingir o desenvolvimento sustentável com a proteção da biodiversidade, ter acesso à água potável, à energia de fonte renovável, à segurança alimentar, ao saneamento, à moradia e saúde com ênfase em doenças negligenciadas e crônicas transmissíveis.

É inquestionável que os Princípios da RIO-92 devem continuar a guiar o mundo e servir de base para cooperação e implementação dos compromissos acordados. Então, não é surpresa que o documento da Rio+20, que está posto para discussão, reafirme vários pontos da RIO-92, como o desenvolvimento sustentável nos aspectos econômico, social, ambiental, a erradicação da fome e de todas as formas de pobreza e a luta por sociedades que sejam mais justas e inclusivas, com estabilidade econômica e progresso social.

A distância entre o discurso e a prática é muito grande. Em 2009, na COP-15,² o Brasil assumiu metas voluntárias de redução de gases do efeito estufa, através da redução do desmatamento ou, pelo menos, zerando a conta: floresta desmatada menos florestas recuperadas igual a zero. Apesar de se ter reduzido a taxa de desmatamento, quase nada mais avançou na recuperação de áreas degradadas. Ainda estamos debatendo um código florestal, discutindo se

devemos ou não reduzir nossas florestas nativas para os agronegócios e se devemos, ou não, recuperar as áreas que foram degradadas. Aparentemente, nesse aspecto, temos muito a aprender.

A Química não pode ficar apenas no discurso de uma Química Verde; ela precisa contribuir para uma economia verde e sustentável. Temos que partir para a prática e desenvolver novas tecnologias que respeitem o meio ambiente e que sejam socialmente inclusivas. A nossa biodiversidade precisa ser aproveitada e explorada racionalmente para que possa gerar riquezas para os brasileiros. Para isso, precisamos ter mais grupos de pesquisa trabalhando nessa área e mais recursos das agências de fomento para enfrentar questões como materiais recicláveis oriundos de fontes renováveis, o desenvolvimento de novas reações mais eficientes, com maior economia atômica e sem resíduos agressivos ao meio ambiente, novas fontes alternativas de energia e de biocombustíveis. No que tange a mais recursos para a pesquisa científica e tecnológica, no âmbito do Governo Federal, estamos andando para trás.

Será que os governos e as corporações estão preparadas para o debate com a sociedade? Será

que o lucro e o consumismo desmedidos de nossa sociedade poderiam dar lugar a uma consciência mais adequada aos compromissos pretendidos na conferência Rio+20? Seria um sonho imaginar a seguinte situação: num abaixo assinado, todos os Chefes de Estado e de Governo, reunidos no Rio de Janeiro, Brasil, 20-22 junho de 2012, resolvem assumir o compromisso incondicional de trabalhar em conjunto para um futuro próspero, sem fome ou pobreza, igualitário, com tolerância étnica, religiosa, seguro e com desenvolvimento sustentável para preservar a vida e o planeta? Seria um bom começo se as nações desenvolvidas comesçassem a compartilhar com todas as outras informações científicas sobre o clima.

Vitor F. Ferreira

Universidade Federal Fluminense

Referências

1. Cordani, U. G.; Marcovitch, J.; Salati, E. *Estud. av.* 1997, 11, Jan./Abr.
2. 15ª Conferência das Partes que aconteceu entre os dias 7 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca: <http://www.denmark.dk/en/menu/Climate-Energy/COP15-Copenhagen-2009/cop15.htm>